

André Gustavo

Um Congresso de 26 MAR 1966 muitas tarefas

Os membros do Conselho Político encontraram ontem o presidente José Sarney muito bem disposto, capaz, inclusive, de contar piadas e fazer algumas brincadeiras. Foi neste tom a reunião onde o presidente da República decidiu encaminhar nos próximos dias ao Congresso Nacional projeto de lei estabelecendo duras e vigorosas sanções para os casos de abuso do poder econômico nas próximas eleições. Foi também neste tom que o Presidente concordou com seus conselheiros no sentido de que o Congresso elabore, no menor prazo, projeto de lei tratando sobre eleição em dois turnos, propaganda eleitoral, regulamentando coligações e as candidaturas ao Senado Federal.

Os membros do Conselho Político assumiram a responsabilidade de realizar tudo isso, dentro do Congresso Nacional até o final de maio. A intenção, louvável, é a de garantir que os procedimentos eleitorais, com todos os seus meandros e problemas, sejam conhecidos até maio, de maneira que ninguém possa alegar desconhecimento da lei como eventual causa de prejuízo eleitoral. Neste quadro de intenções e objetivos, as lideranças dos partidos dentro do Congresso pretendem discutir o assunto entre si nos próximos dias e levar o assunto ao plenário já devidamente mastigado. Tudo indica, segundo as previsões correntes, que o Congresso vai aprovar a regulamentação e a lei que vai presidir a eleição de novembro dentro do prazo.

Mas, há questões extremamente polêmicas. Dentre elas está o problema do acesso dos candidatos ao rádio e à televisão. Esse é um assunto de difícil solução, cujo entendimento merecerá sempre críticas de todos os lados. Existem candidatos em excesso, porque há partidos em excesso, para vereador, deputado estadual ou federal. Além disto, há candidatos de partidos diversos para Governador e Senador. Como dividir o tempo, de maneira razoavelmente justa, dentre tantos e tão conflitantes interesses? É bom que a questão seja entregue ao Congresso Nacional e que seus membros conheçam as limitações físicas desta divisão.

O Congresso está impondo curto prazo para decidir sobre questões relevantes e sérias. Díficeis nas essências e complexas na forma. É o caso da eleição em dois turnos. Há quem a queira e quem só veja aspectos positivos e existe quem não deseje sequer ouvir uma palavra a esse respeito. Coligação partidária é outro tema complexo e, para completar tanta dificuldade, resta a discussão sobre as prévias eleitorais realizadas pelos institutos de pesquisas de opinião pública. Atualmente elas podem ser publicadas até quinze dias antes da eleição. A tendência do Congresso é alargar esse prazo. As prévias interessam aos candidatos, interessam às empresas que as promovem e por último interessam aos eleitores — já conscientes de que a margem de erro é notavelmente elevada neste tipo de enquête.

Tudo isso está em discussão e constitui o primeiro momento da eleição de novembro. As definições que lideranças do Congresso vierem a assumir nos próximos sessenta dias serão relevantes para a eleição de novembro. Eleição, aliás, que todos querem e todos temem, porque ninguém, sabe, ao certo o que ocorrerá quando as urnas forem abertas.

Minas Gerais